

CONDIÇÕES GERAIS DE TRANSPORTE

Transportes L. Sousa Lda., com sede na Rua da Cerâmica nº 226-230, 4445-265 Alfena, pessoa coletiva nº 504 147 420, registada na conservatória do registo comercial de Valongo com o mesmo número, adiante designada de Transportadora, tendo como objeto social transportes públicos rodoviários de mercadorias. Comércio de veículos automóveis. Manutenção e reparação de viaturas automóveis. Comércio de peças e acessórios para veículos automóveis. Importação e exportação e compreende ainda a atividade de exploração de instalações de armazenagem (depósito, entrepostos, silos, armazenagem, etc..) para qualquer tipo de mercadoria, como atividade complementar do transporte de mercadorias em trânsito, adiante designada de TLS. Pelo presente, estabelece as condições gerais de prestação e venda dos seus serviços, que abaixo se indicam:

1 – A TLS, os seus representantes operacionais ou comerciais, e o cliente obrigam-se perante as presentes condições gerais através de assinatura no documento de transporte – carta de porte ou guia de transporte - ou, na falta deste, através de qualquer instrução de serviço independentemente do suporte de transmissão utilizado.

2 – Nas presentes condições estabelece-se além de outros contratos, o contrato de transporte efetivo de mercadorias, em que a TLS se compromete a proceder a uma deslocação e o cliente se obriga ao pagamento do preço pelo serviço prestado.

3- A TLS apenas procede ao transporte de mercadoria que respeite a legislação aplicável e que se enquadre em objetos legalmente admissíveis na circulação comercial. Sendo da responsabilidade do cliente qualquer declaração falsa que faça acerca da mercadoria a transportar ficando desde já a TLS salvaguardada na sua posição por desconhecimento de facto, podendo resolver o contrato anteriormente firmado entre as partes.

4 – É da responsabilidade do cliente acondicionar as encomendas em embalagens fechadas, resistentes e adequadas ao conteúdo e às exigências do transporte e das operações de carga e descarga. Não se verificando cumulativamente as condições atrás enunciadas será o cliente o responsável por quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de tal omissão, quer perante a TLS, quer perante terceiros.

5 – A TLS não se responsabiliza pela falta de documentação que deverá acompanhar as mercadorias transportadas, mesmo que considerada adicional. Também não responderá, pelos danos resultantes das omissões ou incorreções das descrições inerentes à mercadoria a transportar, e pelos defeitos não declarados, no caso de vir a ser responsabilizada.

6 - O cliente é o único responsável por todas as multas, coimas e contra-ordenações que sejam aplicadas à TLS, e eventuais prejuízos que daí advenham, incluindo a apreensão de viaturas, quando se verificarem incumprimentos das disposições normativas do Decreto-Lei nº. 147/2003 de 11 de Julho, relativos às suas mercadorias e/ou aos documentos de acompanhamento das mesmas.

7 – Em tudo o que se encontrar omissa nas presentes condições aplica-se o disposto no DL nº 239/2003 de 4 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo DL nº 145/2008 de 28/07.

8 – O preço final pelo serviço prestado é calculado com base no preço de referência de combustível, que constará na N/E ou na Guia de Transporte, assim como o combustível utilizado. Sendo o preço de transporte revisto sempre se ocorrer uma alteração de amplitude superior a 5% entre o preço de referência do combustível do dia imediatamente anterior à celebração do contrato de transporte e a média dos preços de referência do combustível no período compreendido entre o dia imediatamente anterior à celebração do contrato de transporte e o dia imediatamente anterior à realização da operação de transporte, caso o objeto do contrato respeite a uma única operação de transporte; ou caso se tratem de várias operações de transporte o cálculo do preço de referência do combustível será do dia imediatamente anterior a cada operação de transporte e a média dos preços de referência do combustível no período compreendido entre o dia imediatamente anterior a cada operação de transporte e o dia imediatamente anterior à operação de transporte antecedente que tenha originado uma atualização de preço do transporte ou, caso não tenha ocorrido qualquer atualização ou se trate de primeira operação de transporte, o dia imediatamente anterior à celebração do contrato.

9 – O pagamento do preço pelo serviço de transporte deverá ser pago no prazo máximo de 30 dias após a apresentação da respetiva fatura pelo transportador, salvo condições específicas resultarem de acordo entre as partes.

10 – A TLS apenas é responsável pela perda total ou parcial das mercadorias, pela avaria, que se produzir entre o momento do carregamento e o da entrega, assim como pela demora na entrega. Considera-se que cessa a responsabilidade da TLS no momento da entrega da mercadoria ao destinatário. Exclui-se a sua responsabilidade nos casos em que a perda, avaria ou demora na entrega da mercadoria se dever à natureza ou vício da própria mercadoria, a culpa do expedidor ou do destinatário, a causa fortuita ou de força maior.

11 – Para a resolução de qualquer litígio emergente do contrato de transporte, é competente a Comarca do Porto, Instância Local de Valongo, com renúncia a qualquer outra.

CONDIÇÕES DE VENDA, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DE PÓS VENDA

a) Preços – Serão os constantes das tabelas incluídas no nosso preçoário, podendo ser alterados sem aviso prévio, pelo que poderão existir erros de digitalização e imagem.

b) Entrega – Na receção, toda a mercadoria deve ser confirmada e aquando da entrega, os danos ou espoliações não forem objeto de reservas precisas, completas, datadas e assinadas na folha de entregas, a TLS, não é responsável por danos ou perdas de material não conferido. A assinatura numérica do destinatário, bem como a sua reprodução, constituem a prova da entrega das encomendas e ambas as partes reconhecem nesta assinatura um valor idêntico ao de uma assinatura tradicional em papel, sendo todos os comprovativos de entrega solicitados pelo cliente.

c) Os Prazos de Material a Pedido - Caso não existam em stock, serão sempre de vinte a trinta dias úteis, com a ressalva de rutura de stock por parte dos nossos fornecedores, neste caso, será transmitida a cada cliente o prazo indicado pelos nossos fornecedores para a entrega do artigo, pelo que o cliente nos poderá informar se continua interessado na mesma.

d) Devoluções - Após o envio do material só serão aceites devoluções nas seguintes condições:

- O prazo máximo de devolução é de oito (8) dias da data da fatura.
- A não aplicação do material
- A embalagem deve estar rigorosamente intacta conforme envio.
- Qualquer material que seja devolvido não poderá ter qualquer tipo de Dano.
- No caso de não existir erro de envio por parte da TLS, os portes de devolução são sempre e sem exceção por conta do cliente.

e) Notas de Crédito – Serão consideradas após a receção do material e posterior análise do estado e deterioração do artigo e emitidas/descontadas com autorização pelo nosso serviço responsável.

f) Reclamações – Estas só serão aceites mediante verificação do nosso departamento técnico e acompanhadas da cópia da fatura, seguindo para análise do fabricante do produto. Em caso da reclamação ser aceite pelo fabricante, procederemos de acordo com a alínea g).

g) Garantia – Todos os nossos produtos têm garantias de fabricante contra defeitos imputáveis aos seu fabrico, devendo ser exigido o cumprimento da garantia no prazo de 6 meses após a denuncia e nunca devendo tal denuncia ultrapassar os 2 anos sobre a compra, sempre que tal se verifique serão substituídos de imediato e gratuitamente nas nossas instalações, salvo rutura em stock, implicando um prazo mais extensível pelo Fornecedor.

As garantias não incluem o pagamento de indemnizações ou outras quaisquer despesas exigidas pelo mau funcionamento dos produtos representados pela nossa empresa.

h) Exclusão de Garantia: Esta garantia limitada não cobre:

- a) o desgaste normal;
- b) Defeitos causados por manuseamento incorreto;
- d) Defeitos ou danos causados por um uso incorreto do produto, incluindo o seu uso que seja contrário às instruções do fabricante;
- e) A garantia Limitada não cobre defeitos causados pelo facto do produto ser utilizado em conjunto com ou ligado a qualquer outro produto, acessório, ou pelo facto ser utilizado para um fim diferente àquele a que se destina.
- f) Esta garantia não se aplica se o produto tiver sido aberto, alterado ou reparado por qualquer entidade alheia ao fabricante, ou se tiver sido reparado mediante a utilização de peças subsequentes não autorizadas ou, ainda, se o numero de série do produto for ilegível

A garantia limitada não afeta os seus direitos legais (de carácter imperativo) tal como estabelecidos na legislação nacional relativa a bens de consumo, quando aplicada, (DL nº 67/03 de 8 de Abril, com a redação dada pela Lei nº47/14, de 28/07)

Condições de Pagamento:

a) Abertura de Conta / Corrente – Na abertura de conta, as condições de pagamento serão sempre a Pronto, conta a crédito é sempre subordinada à aprovação do nosso departamento financeiro.

b) Pagamentos / Cobrança – O Prazo de pagamento das faturas será o indicado na fatura.

c) Suspensão - O não cumprimento deste prazo, significará para cada cliente em causa o respetivo cancelamento da faturação. Será dado pelos nossos serviços de controlo de crédito uma tolerância de dez dias para o respetivo pagamento não significando que se possa considerar um prolongamento do prazo indicado. Após o recebimento dos pagamentos em falta, o processo de faturação voltará a ser aberto, pelo qual cobraremos a quantia de 25€ (vinte e cinco Euros) por conta de despesas administrativas.

d) Condições Especiais – Nenhuma outra condição de pagamento será aceite sem aprovação escrita do nosso departamento financeiro.

e) Pagamento por Cheque – O pagamento via cheque deve ter sempre como sacado o titular da nossa conta de cliente, para que o direito ao pagamento por cheque não lhe seja negado, cumpra sempre este requisito.

Cheques devolvidos por falta ou insuficiência de saldo – Todas as despesas serão sempre a cargo do cliente, por cada devolução é ainda debitado a quantia de 20€ + IVA por conta de despesas administrativas.

f) Cobrança Judicial

1) Se após 30 dias de suspensão da conta, a mesma não for regularizada o processo transitará para o nosso departamento de contencioso.

2) Serão acrescidos ao valor da dívida todos os descontos efetuados, despesas de contencioso e juros de mora até a data de liquidação da mesma.

3) Para a resolução de qualquer litígio emergente do presente contrato, é competente o foro da Comarca do Porto, Instância Local de Valongo, com renúncia a qualquer outra e sem prejuízo do envio para o Balcão Nacional de Injunções, nas situações em que se aplique.

A Gerência,